



A partilha da experiência visual vivenciada nas páginas do jornal *A Plebe*

Maitê Peixoto*

Resumo: O presente artigo propõe uma breve reflexão teórico-metodológica acerca das possibilidades de análise das imagens publicadas no jornal *A Plebe*, uma publicação de caráter anarquista e anticlerical que circulou no Brasil durante as primeiras décadas do século XX. Pretendemos, através deste estudo, evidenciar na publicação dessas imagens vestígios de uma cultura operária em construção, em paralelo à conformação dos primeiros lastros identitários do movimento operário brasileiro, expressos através da produção imagética associada às publicações sindicais e operárias que circularam no Brasil nesse período, estando entre estas, *A Plebe*.

Palavras-chave: Imprensa Operária; Cultura Operária; Cultura Visual.

Resumée: Cet article propose une brève réflexion théorique et méthodologique sur les possibilités d'analyse des images publiées dans Le journal *A Plebe*, une publication de caractère anarchiste et anticlerical qui a circulé au Brésil pendant les premières décennies Du XX^e siècle. Cette étude a pour but d'exposer, à partir de la publication de ces images, les traces d'une culture de travail en construction, en parallèle à la conformation des premières ballasts de l'identité Le mouvement ouvrier brésilien, exprimée à travers de la production d'images associée avec les publications syndicales et travailleurs qui ont circulé au Brésil pendant cette période, étant parmi ceux-ci, *A Plebe*.

Paroles-clés: Presse Ouvrière; Culture Ouvrière; Culture Visuelle.

A Imprensa Operária e Sindical no Brasil quanto problemática de estudos

Trabalhar com a imprensa operária e sindical produzida no Brasil nos permite refletir sobre a teia complexa de relações que se entrecruzam nos campos da teoria e da iniciativa

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contato: maitepeixoto@yahoo.com.br.



prática. Não há como desvincular os textos publicados nesses periódicos (e como veremos adiante, também seu conteúdo imagético), dos sujeitos leitores e ouvintes que interagem entre si em meio à dinâmica social e política do país, estabelecendo relações de identificação e de diferenciação com os demais atores sociais que os cercam, levando consigo parte desse conteúdo impresso, ao mesmo tempo em que agem no sentido de conferir-lhe forma e alcance.

A relação suscitada entre o leitor (ou o ouvinte) e o jornal não pode ser reconhecida enquanto passiva em nenhum de seus polos, pois ambos se retroalimentam e se transformam dentro da dinâmica social. Na medida em que a iniciativa do militante se torna uma realidade, ela se faz notícia, informação; se transforma em reflexão coletiva através da disseminação do periódico, em ferramenta também de sociabilidade no interior do sindicato, agrega elementos teóricos, sensíveis, que estimulam a consciência coletiva. Quando um episódio de injustiça, de exploração ou aviltamento ocorre com um desses sujeitos sociais e se transforma em narrativa impressa, os laços de identificação começam a ser estabelecidos; o eco da notícia pode se transformar em solidariedade, respeito, apoio, união, àquele que sofre o dano. O “mundo do trabalho” já não se restringe à fábrica, ao comércio, à vida laboral no campo; reverbera em outras instâncias sociais e se transforma.

Há, entretanto, algumas questões metodológicas que precisam ser respeitadas quando optamos pela incursão nesse tipo de pesquisa. Julgamos importante observar primeiramente que a imprensa operária se difere da imprensa sindical sem que, no entanto, a segunda inutilize a possibilidade de compor a primeira. De acordo com Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 5-6), “não se pode reduzir a imprensa operária à imprensa sindical. O alcance da primeira é muito maior”. Nesse sentido, por imprensa operária se entende aquela vinculada não apenas ao sindicato, mas também ao partido; sua história se mescla a dos organismos que representa, pois é conferido a eles o seu surgimento.

Há ainda, no terreno das querelas metodológicas, a discussão acerca da utilização da imprensa operária enquanto fonte, objeto, ou ambos; trata-se de perspectivas de análise distintas que precisam ficar claras na proposta do pesquisador. Ao encarar a imprensa operária enquanto fonte, o pesquisador está optando por utilizá-la como suporte para reflexões que ultrapassam os limites do jornal em si, desprezando, não raras vezes, discussões que dizem respeito à dinâmica interna de produção e circulação do periódico. Essa perspectiva pode ser compreendida (no que se refere à imprensa operária) num passado recente, visto que boa parte desse material ainda não estava disponível nos arquivos. Muitas séries de jornais compunham



coleções particulares que aos poucos foram sendo cedidas aos arquivos e instituições de ensino públicas, fundamentalmente. Com a escassez dessas séries documentais, era difícil produzir uma história que tomasse esses jornais enquanto objeto, concentrando a análise propriamente dita neles.

Por outro lado, se utilizada enquanto objeto, o pesquisador passa a voltar sua atenção para aquilo que nutre, gerencia, cria e movimenta o periódico, relegando questões exteriores a ele na análise. Certamente que estas são questões que fazem parte do ofício historiográfico e das escolhas necessárias para compor um estudo. Nossa perspectiva, entretanto, tenta agregar à análise essas duas possibilidades de estudo concernentes à imprensa operária no Brasil.

É interessante refletirmos um pouco acerca das condições em que eram produzidos esses jornais, os sujeitos envolvidos nesse processo e a dinâmica estabelecida entre: militante, organismo sindical ou partidário e o próprio periódico. Segundo Maria Nazareth Ferreira (1988, p. 7-8), para que se possa compreender com clareza esse processo é necessário que se estabeleça uma periodização. De acordo com ela:

Será conveniente dividi-la em três etapas, que aparecem bem definidas pelo entorno histórico e social que as envolve. A primeira delas refere-se ao início do processo de urbanização do país, percorre grande parte do século XIX, acompanha toda a transformação ocorrida no país na virada do século, exaurindo-se entre 1922 e 30 com a mudança de orientação sofrida pelo operariado brasileiro. Pode-se defini-la como anarcossindicalista. A segunda etapa pode ser considerada desde a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) até o golpe de Estado ocorrido em 1964. Essa etapa cobre dois acontecimentos de grande importância para a compreensão da história do trabalhador brasileiro: o nascimento do PCB, que iria modificar a trajetória da organização operária, até então sob forte influência anarquista, e o advento do getulismo. [...] A terceira etapa pode ser considerada a partir do momento em que o proletariado brasileiro se reorganiza – depois do total desbaratamento sofrido pela sociedade civil pós-64 -, iniciando a luta contra o arrocho salarial e a falta de liberdade democrática.

Neste estudo trabalharemos tão somente com o que Ferreira chama de primeira etapa ou “etapa anarcossindicalista”, pois a fase do periódico aqui estudado corresponde às primeiras décadas do século XX e sua orientação política é pautada pelo anticlericalismo e pelo pensamento libertário.

Tal qual o processo de formação das primeiras organizações operárias no país, as manifestações iniciais do operariado brasileiro, ou das lideranças que os representavam, aparecem marcadas pela pesada carga de conflitos em que estavam inseridos esses sujeitos. Não nos referimos aqui, apenas, aos conflitos sociais externos ao movimento operário, e sim



também daqueles originados na própria construção do coletivo. A imprensa operária representava no início do século XX, além de um veículo de circulação de ideias, um instrumento pedagógico, de formação política, de informação, bem como se constituía numa ferramenta fecunda na promoção de momentos de sociabilidade entre os trabalhadores que de alguma forma tinham acesso ao jornal¹.

As agremiações operárias articuladas nas primeiras décadas do século XX, período no qual se insere *A Plebe*, são caracterizadas pela capacidade de agregar a um movimento fundamentalmente político, não só o militante, como também sua família e amigos. As festas quermesses, os campeonatos esportivos e de poesias tornavam o sindicato da categoria um centro de sociabilidade, onde as pessoas se encontravam não apenas para discutir política.

A participação do leitor militante foi sempre de fundamental importância na manutenção desse instrumento de luta operária. Era reservado um espaço, em determinados jornais, aberto exclusivamente à participação dos leitores que não dispunham de uma educação formal capaz de lhes dar suporte na construção de uma narrativa mais complexa, tal qual a crônica ou mesmo o artigo de conteúdo social ou político. De acordo com John Foster Dulles (1977, p. 23), a necessidade de inclusão dos grupos dentro da organização sindical, num primeiro momento, fez com que a imprensa operária se expandisse através de diversas publicações. Segundo ele, esse processo se deu da seguinte maneira:

Alguns dos primeiros militantes participavam de piqueniques dos operários e suas famílias, com o fim de atrair simpatizantes e divulgar a necessidade da formação de sindicatos mais fortes. Mas o trabalho era lento. Os militantes encontraram um proletariado local 'de escassa remuneração, com horário de 10 e 12 horas, e tratamento grosseiro – não estava em condições de tomar atitudes, não se apercebia do seu estado de sujeição, nem de sua miséria'. Para auxiliar a convencer os trabalhadores, existia a imprensa proletária – uma enorme quantidade de periódicos – em geral com a divisa 'Proletários de todos os países, uni-vos!' Eram particularmente numerosos no Rio de Janeiro e em São Paulo, as duas cidades a apresentarem maior índice de desenvolvimento industrial no país. Dificuldades financeiras e diligências policiais garantiam vida breve para a maioria desses periódicos, ou temporárias interrupções na publicação dos mais bem sucedidos.

Em verdade, as tentativas de impedir o funcionamento das agremiações operárias e a circulação dos seus periódicos eram uma constante nesse início de século. O fato é que, mesmo sob o olhar autoritário do Estado, essas agremiações conseguiram se constituir enquanto organismos de resistência. Para tanto, muitas com frequência se obrigaram a

¹ Para maiores informações acerca destas possibilidades internalizadas na dinâmica de circulação dos periódicos operários e sindicais no Brasil ver: BILHÃO, 2008 e HARDMAN, 1984.



interromper a circulação de seus jornais, seja pela necessidade de mudar o endereço da sede onde os mesmos eram produzidos, seja no intuito de estabelecer novos contatos a fim de impedir a destruição de suas máquinas de impressão ou dos próprios jornais pela ação repressiva do Estado. Este foi o caso do jornal *A Plebe*, foco de nosso estudo; conforme esclarecem Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy (2003, p. 96):

O jornal sofreu constantes perseguições e dificuldades financeiras que alteraram a sua periodicidade e a regularidade de sua distribuição, circulou de 1917 a 1951, tendo sido fechado algumas vezes durante este período. Teve sua primeira edição lançada em 9 de junho de 1917 e sua publicação interrompida em julho de 1924 pelo estado de sítio. Nesta data, Rodolpho Felipe, gerente responsável pela edição, foi preso junto a oito companheiros por quarenta dias, e processado pela lei de imprensa sob a acusação de fazer críticas ao governo. De caráter anarquista, teve seu auge em 1919 quando chegou a ser publicado diariamente. Com o acirramento do controle ideológico pelo Estado – que tem por estandarte máximo a criação do DEOPS em 1924 -, o jornal sofreu várias interrupções tendo uma periodicidade oscilante.

A história construída no decorrer da vida ativa desses organismos proletários pode ser vista em relação aos seus respectivos jornais enquanto um amálgama de elementos. O periódico ajuda a construir a agremiação, lhe confere abrangência social, identificação, permite dar forma ao seu conteúdo e, sobretudo, lhe garante o direito de expressão. Ele sistematiza tudo o que é caos na vivência política do militante, permite a discussão de conflitos num tempo diferenciado de maturação de ideias, que pode ser solitário ou coletivo. Simultaneamente, ele também se constrói em meio a esse intercâmbio de elementos, pois recebe da vivência prática tudo o que o compõe.

A imprensa operária trouxe a responsabilidade sobre a palavra escrita, o símbolo impresso; possibilitou o embate de ideias num suporte palpável. Ela fez com que a palavra escrita fosse habitualmente prova e testemunha. Também a partir desse conteúdo impresso se firmaram laços ou se travaram embates; o trabalhador militante passa a se reconhecer também no texto e na imagem, capaz de lhe suscitar uma experiência sensível relacionada ao seu compêndio de vivências no mundo no trabalho. O jornal possibilitou identificação, resistência, crítica; suscitou, sobretudo, opinião.

Pensar no leitor ou no ouvinte desses jornais é alcançar também o entendimento acerca da cultura associativa vivenciada no interior dessas organizações. Ao militante é creditada a participação ativa na construção e na manutenção do jornal e da própria associação. Ele colabora para o fortalecimento de ambos, seja pela contribuição financeira estipulada na



compra do exemplar, seja pela taxa que desembolsa enquanto sócio. O fato é que no jornal operário “o receptor não é um elemento passivo, mas alguém que tem interesses comuns e participa da mesma forma da organização; a comunicação torna-se um instrumento de intercâmbio, não de dominação” (FERREIRA, 1988, p. 6).

Outra capacidade própria da imprensa operária é a habilidade para aproximar dos seus leitores os acontecimentos referentes à organização e atividade proletária nos mais longínquos pontos do mundo. As lutas e conquistas do movimento operário, nas suas mais variadas formas de expressão, ganham destaque nas páginas desses veículos de comunicação. Nos parece clara a tentativa de suscitar um sentimento, ainda que remoto, de pertença aos valores relacionados às grandes lutas travadas contra os grandes poderes constituídos na Europa; não raras vezes, a narrativa passa mais a impressão de se tratar de um conto heroico que envaidece as virtudes e a bravura de mártires revolucionários, do que a afirmação de um processo histórico de maturação social que se dá internamente ao sistema, e que se desenvolve também a partir das agruras provocadas por ele.

Devemos ter claro que, nesse início de século no Brasil, a cultura operária está baseada no associativismo; falar numa cultura propriamente classista nessas primeiras décadas é um pouco prematuro. Em geral, as agremiações operárias seguem a lógica sindical e estão profundamente ligadas às categorias de ofício, representando-as politicamente. A própria formação política do operariado brasileiro é iniciada e fundamentada a partir dessa lógica. De acordo com Cláudio Batalha (2004, p. 115):

O contínuo fazer-se, desfazer-se e refazer-se da classe operária brasileira ao longo do século XX acabou por impedir o surgimento de uma cultura exclusivamente operária. Se em muitos casos a cultura operária, como cultura de classe, caminha com a consciência de classe, esse acabou não sendo o caso nem no Rio de Janeiro, nem no Brasil. O mais próximo disso que se chegou foi à cultura associativa, que prevaleceu enquanto foi possível à classe operária criar e preservar suas próprias instituições, à margem e a despeito do Estado (mesmo que em diversos momentos tivesse que negociar com ele).

Atentamos para o fato de que a inexistência de uma cultura de classe verdadeiramente conformada nesse início de século no Brasil não inutiliza a viabilidade de encontrarmos na cultura associativa (essa sim configurada nesse período) lastros identitários característicos de uma cultura de classe em formação, entendida aqui enquanto processo que exige percepção, reconhecimento e identificação. A própria conformação da consciência classista se pauta igualmente por esses três princípios e se orienta também dentro da lógica processual, em que



os trabalhadores vão reconhecendo elementos referentes à condição operária da qual fazem parte. Conforme assinala Michelle Perrot: “não existe consciência de classe sem visão de mundo ou cultura sem elaboração de uma simbologia” (PERROT, 1988, p. 81). Nesse sentido, buscamos alcançar os primeiros vestígios dessa identidade em construção, que será maturada e incorporada posteriormente no Brasil.

Compreender a vivência desses indivíduos inseridos nessa teia de sociabilidades construída também pela imprensa operária é de grande valia, pois nos possibilita incursionar por entre os meandros das primeiras apropriações simbólicas reutilizadas por esses veículos de expressão associativa, que ora serviam aos interesses de determinado grupo político, ora serviam, em polo diametralmente oposto, para difundir, insuflar e esclarecer disputas pessoais travadas por esses sujeitos no interior da dinâmica social. O que aqui pode parecer, num primeiro momento, uma incompatibilidade de funções incorporadas ao mesmo veículo (o jornal), na realidade nada mais é do que a manifestação da complexidade dessa experiência de composição e maturação de uma identidade operária no Brasil. Em termos gerais, esse é o cenário de onde emerge o periódico *A Plebe* no qual nossa análise se pautará daqui por diante.

A Plebe: entre os baluartes da tradição ácrata no Brasil

*A Plebe*²(AP) foi uma publicação semanal que surgiu no ano de 1917 na cidade de São Paulo sob a direção de Edgard Leuenroth³. O periódico afirmava ser um veículo de propaganda anarquista e anticlerical; sua distribuição era feita através de representantes que vendiam o jornal em diversas localidades do país, assim como acontecia com outros periódicos operários desse período. As assinaturas eram disponibilizadas dentro de duas possibilidades: anuais, correspondendo ao valor de 10\$000 e semestrais, 6\$000⁴.

A publicação de *A Plebe* era feita geralmente aos sábados e quem executava a seleção de textos era o próprio Leuenroth. Por esta razão é que em todos os exemplares do jornal há uma mensagem em destaque alertando os leitores de que toda a correspondência deveria ser enviada diretamente a Edgard Leuenroth, constando logo abaixo do recado a caixa postal e a

² Todos os exemplares de *A Plebe* analisados nesta pesquisa encontram-se no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM), armazenados no fundo: ArchivioStoricoOperaio Brasileiro (ASMOB) em propriedade do Instituto Astrojildo Pereira – (IAP).

³ Edgard Leuenroth, gráfico e jornalista, foi uma importante liderança anarcossindicalista no movimento operário brasileiro. Atuou na direção de periódicos anarquistas e anticlericais, entre eles: *A Plebe*. Para maiores informações referentes à sua trajetória de vida e sua participação, tanto no movimento operário, como na imprensa operária brasileira, ver: KHOURY, 1998.

⁴ 1\$000 equivalem nos dias de hoje à R\$2,75. Logo, uma assinatura anual custava em torno de R\$ 27,50; enquanto uma assinatura semestral equivalia à R\$16,50.



cidade do destinatário. A redação e a administração do periódico estavam localizadas junto ao Largo da Sé, no centro da cidade de São Paulo, num dos sobrados típicos da região.

Tal periódico tinha uma sistemática de organização direcionada à ampla circulação no país. Os valores cobrados para que fossem publicados anúncios publicitários eram identificados no próprio jornal; cada anúncio custava 800 réis, concentrando-se na quarta página do periódico, encerrando o exemplar. Esses anúncios indicavam que o número de leitores não era tão ínfimo quanto se possa supor numa análise apressada, pois no caso de AP já não encontramos mais anúncios de apoiadores políticos, ou seja, daqueles que apoiavam a linha política do jornal e contribuía, seja financeiramente ou através do envio de textos ou pequenas notas informativas, para a publicação.

Outra característica desse periódico é que ele se insere em meio às publicações operárias que compreendem a imprensa anarcossindicalista, pois tinha “formato que variava de acordo com as condições de papel e máquinas disponíveis, predominando, entretanto, o tabloide” (KHOURY, 1988, p. 137). *A Plebe* era diagramada da seguinte maneira: a primeira página era composta, em geral, por duas colunas fixas, uma de Astrojildo Pereira⁵ e a outra de uma pessoa que assinava sempre com a mesma abreviatura “R.F.”, a qual ainda não identificamos de quem se tratava. O fato é que a primeira página estava destinada a abrigar textos mais longos de autores fixos; a segunda página contava com uma série de artigos e crônicas de formato menor, algumas epígrafes e parte de algum folhetim. A terceira página trazia notícias de vários organismos sindicais localizados nos mais diversos pontos do país, também algumas epígrafes e a divulgação de enquetes e atividades promovidas pelo grupo diretor de *A Plebe*. A quarta e última página era constituída por artigos curtos, informativos de outras agremiações e publicidade.

A presença massiva em AP de textos relacionados ao sindicalismo e às práticas sindicais corrobora a ideia de que este foi um periódico voltado ao incentivo e ao fortalecimento das organizações de caráter associativo no Brasil. No ano de 1917, encontramos um total de oitenta e uma referências ao sindicalismo, enquanto tendência política. No ano de 1919, esse número é de trinta e duas passagens. Em 1920, as ocorrências contabilizam um total de vinte e cinco. Em 1921 encontramos trinta e duas ocorrências; em

⁵Astrojildo Pereira Duarte da Silva, jornalista e escritor, mais conhecido como Astrojildo Pereira, foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro de 1922, antes disso, porém, teve participação efetiva no movimento libertário brasileiro, colaborando com seus escritos para o fomento do debate e da reflexão acerca da condição operária no Brasil em vários periódicos operários e sindicais, estando entre estes *A Plebe*. Para maiores informações sobre sua trajetória de vida e atividade política ver: PEREIRA, 1979.



1922, sete ocorrências e em 1927 apenas uma (PEIXOTO, 2010, p. 174-182). Esses indícios de frequência sinalizam a presença constante desse debate nas páginas da publicação. Tal temática se apresentava sob formas diversas, seja através da divulgação e incentivo à filiação dos trabalhadores nas diferentes associações operárias criadas no ano de 1917⁶, seja na propaganda amplamente difundida acerca dos sucessos obtidos através de greves e boicotes promovidos pelos organismos sindicais representativos de determinada categoria profissional⁷.

A análise de frequência desses dados só ratifica a constatação de que a cultura associativa foi o primeiro lastro de identificação e o primeiro mecanismo de luta e resistência da classe operária brasileira. Esses dados nos fornecem ferramentas para analisar e compreender as possíveis apropriações, bem como as criações imagéticas publicadas no periódico. Ao trabalharmos com a experiência visual promovida pela imprensa operária brasileira, agregamos também a análise textual do próprio discurso impresso, já que algumas vezes a imagem toma o texto como referente, mesmo que esta não seja a regra geral.

A *Plebe* costumava inaugurar a primeira página com uma charge, ilustração ou fotografia, ou seja, a experiência visual tinha espaço privilegiado, pois além de abrir a publicação, geralmente ocupava um lugar de destaque, ou pelo seu tamanho, ou pela localização na página. Essas imagens detinham certo caráter universal, tratavam de questões problemáticas a todos aqueles que militavam nas organizações operárias, tais como: a desigualdade social e econômica, a luta de classes e a carestia de vida; ganhavam ainda espaço as denúncias de atos repressivos impetrados pelo Estado, presentes em boa parte desse universo imagético.

A experiência visual nas páginas de *A Plebe*

Estudos recentes e ainda pouco numéricos inauguram essa nova abordagem acerca da história operária no Brasil, interessando-se pelos elementos sensíveis que vão além do discurso, articulados nas páginas dos periódicos operários e sindicais. Muitas dificuldades permeiam a interpretação dos elementos visuais impressos nesses jornais. Trabalhamos,

⁶ Cf. Sem autor, Ação Obreira: Liga Operaria da Moóca, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2; Sem autor, Ação Obreira: Liga Operaria de Belemzinho, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2; Sem autor, Ação Obreira: No Cambucy e na Lapa, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2; Sem autor, Ação Obreira: Em S. Caetano, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2.

⁷ Cf. Sem autor, Ação Obreira: Movimento dos Canteiros, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2; Sem autor, Ação Obreira: As greves de tecelões, *A Plebe*, São Paulo, 09.06.1917. p.2.



habitualmente, com uma produção imagética anônima, em que encontramos pouquíssimas referências sobre a técnica e as escolhas desses “artistas engajados”, ou sobre as contribuições recebidas (no que se refere às ilustrações e charges) e endereçadas a essas publicações. Algumas características desse tipo de trabalho, no entanto, permitem que mergulhemos nesse universo de possibilidades interpretativas que envolvem essa produção.

As imagens publicadas em *A Plebe* podem ser classificadas enquanto: ilustrações, quando tomam como referente o texto ou manchete do jornal desenvolvendo novas possibilidades de interpretação sobre o evento narrado no seu entorno, ou como charges quando a imagem parte unicamente da criação do artista, sem estabelecer uma relação direta com os textos que a cercam no jornal. Em geral essas imagens são apresentadas com um título e complementadas com algum texto de sentido direto assinado pelo autor, ainda que ele se utilizasse de algum pseudônimo, como é muito comum nesse tipo de publicação.

Por se tratarem de veículos de propaganda e agitação sindical, esses jornais não dispunham de recursos suficientes para garantir um espaço fixo e habitual para a publicação de imagens. Geralmente elas são poucas, mas se destacam em meio aos textos longos e de letras minúsculas que ocupavam todo o espaço disponível nas folhas de tamanho A3. As imagens eram desenvolvidas, em sua grande maioria, através da litografia, utilizando efeitos de granulação observáveis através da variação de tons que algumas apresentam (FONSECA, 1999, pp. 38-39).

A litografia era uma técnica que possibilitava a publicação de imagens nos jornais com baixo custo e fácil reprodução, sem a necessidade de manter uma grande equipe de trabalho. Levando-se em consideração a repressão feroz a essas associações, sobretudo através da destruição das sedes e de suas máquinas, os poucos recursos que detinham e a necessidade de manterem a circulação do periódico ao menos entre aqueles que contribuía financeiramente, esses fatores certamente influenciaram na escolha da técnica de produção e reprodução dessas imagens.

A partir desses elementos é interessante discutirmos o uso que se fazia dessas produções imagéticas. Não há como renunciarmos ao fato de que essas imagens estavam vinculadas a jornais que buscavam construir e fundamentar um discurso em torno da resistência política e que seus produtores, da mesma forma, tentavam contribuir para este intento. Nessa direção, essas imagens interagem com o mundo em duplo sentido: por um lado são fruto de intencionalidades determinadas por um grupo, por outro ajudam a construir parte dessas intencionalidades através de uma abordagem diferenciada.



A riqueza da imagem está justamente na possibilidade que fornece de múltiplas interpretações que vão além do discurso; ela insere outra forma de reflexão, que não se limita à combinação de palavras, visto que não encerra impressões. Segundo Régis Debray (1992, p. 43), “pensar a imagem supõe, em primeiro lugar não confundir pensamento com linguagem, pois a imagem faz pensar por meios que não são a combinação de signos”.



Figura 1. A Plebe, São Paulo, 12.04.1919.

As imagens veiculadas nesses jornais operários funcionavam abrindo espaços de sociabilidade e interação que até então inexistiam na vida desses sujeitos. Em geral, discurso falado e impresso constituíam os principais mecanismos de comunicação e troca de ideias; a imagem é, portanto, um elemento novo. Em meio às disputas políticas e ideológicas, se almejava, nesse início de século, o alcance de unidades associativas do movimento; era preciso criar vínculos entre os sujeitos inseridos na dinâmica do trabalho, e as ilustrações e charges são colocadas nos jornais também com essa função, ainda que geralmente seu conjunto simbólico fosse capaz de ultrapassar as barreiras sindicais.

A relação estabelecida entre os trabalhadores e a associação sindical não foi alimentada somente pelo devir político, ou seja, pela participação destes em greves, reuniões,



assembleias, piquetes, boicotes, etc.; o prazer do convívio social, das conquistas compartilhadas, da música, da dança, dos esportes, do teatro, enfim, de todas essas expressões de ordem sensível compunham outro compêndio de elementos que ajudaram possivelmente a sedimentar uma futura percepção coletiva de que existia um processo de gestação de uma cultura operária no Brasil que evidenciava, não só através do discurso escrito e falado, experiências e impressões referentes a um universo que era comum a esses sujeitos.

As ilustrações, sobretudo, compunham um substrato sensível que propiciava não só as reflexões coletivas, o compartilhamento de ideias semelhantes, mas ao contrário, possibilitava as trocas de reflexões particulares. O significado do visível era múltiplo e se relacionava com aquilo que cada indivíduo trazia no seu compêndio de vivências. Abria-se, em meio ao discurso político impresso, um espaço de reflexão diferenciado, repleto de possibilidades interpretativas, tentando contemplar aquilo que as palavras não poderiam fazer, pois de acordo com Régis Debray (1992, p. 44):

O cérebro direito, fala com o direito, mas não está em simpatia natural com o outro hemisfério. O comentário e a emoção não mobilizam os mesmos neurônios. Símbolo e indício se olham com hostilidade. Tanto é assim que a emoção começa onde termina o discurso. [...] Contra o intelectual, o artista se levanta como o artesão, exerce sua obra contra a linguagem.

Nessa direção temos de atentar para o fato de que existe uma interação inerente entre aquele que produz a obra e aquele que a observa. O observador também constrói a imagem a partir das ferramentas imaginárias de que dispõe. A “anarquia” (figura 1), imagem alegórica tão presente nas ilustrações de *A Plebe*, representada morfologicamente como uma mulher que empunha uma tocha de fogo, indicadora do caminho da liberdade e dos tempos vindouros, tem forma definida: seu olhar se volta para o horizonte, seus pés arrastam correntes rompidas num salto esplendoroso por entre os escombros da “velha ordem”, todavia, a “nova ordem” não é figurada. A presença de alguns signos suscita a reflexão acerca da ausência de outros, e essas imagens ausentes só podem ser visualizadas no processo que se completa somente no olhar e no pensamento do espectador.

Assim, em se tratando das circunstâncias em que essas imagens foram publicadas, há que se levar em conta que existe um vínculo muito estreito entre a linguagem escrita e a construção imagética, isso pode ser observado através desse mesmo exemplo (a representação da anarquia). Enquanto em uma ilustração de *A Plebe*, datada de 12.04.1919, (figura 1) a “anarquia” é apresentada morfologicamente num corpo de mulher, em outra imagem, datada



cerceamento das suas liberdades individuais. O regime de escravidão já não estava mais presente na realidade brasileira, entretanto as imagens se utilizam desse passado para caracterizar o presente, associando a restrição da liberdade às emoções de um passado que causa mal-estar. O olhar de alguns personagens, direcionado ao horizonte (figuras 1 e 4), agrega também a ideia de futuro a essas imagens.

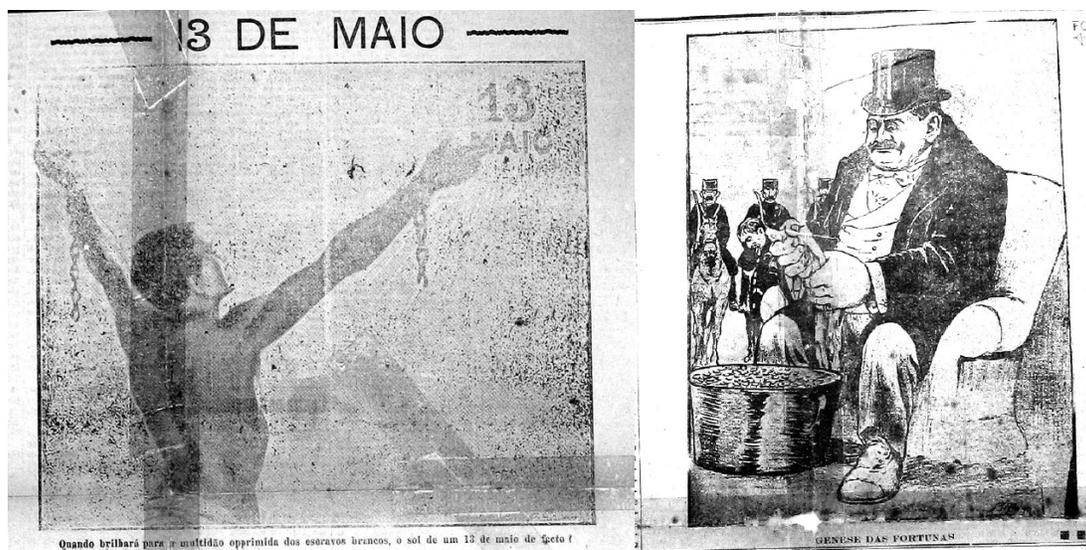


Figura 4. A Plebe, São Paulo, 14.05.1921. Figura 5. A Plebe, São Paulo, 16.06.1917.

Três tempos caminham juntos numa mesma imagem. A discussão acerca da variação de temporalidades presentes na mesma ilustração se faz pertinente em nosso estudo, pois confirma a ideia de que a arte segue seus próprios princípios e para compreendê-la não podemos nos guiar pela sequência cronológica que a tradição historiográfica nos legou. A lógica das imagens é peculiar; diferentes temporalidades convivem numa mesma imagem sem que, com isso, ela perca sentido ou impossibilite interpretações. Didi-Huberman (2008, p. 141-145) insere esse debate em seus estudos alertando para essas variações de temporalidades; na sua concepção, a própria sobrevivência da imagem influi sobre a temporalidade. A arte que é produzida no presente direciona-se ao futuro, sobrevive, se mantém através da memória que encerra em si mesma, e daquela que suscita no observador a partir do momento em que ele interage com a obra.

A partir do momento em que o espectador se deixa envolver pela experiência visual, contemplando a imagem, o conteúdo múltiplo dessa imagem já não pertence mais a ela, é exterior. A imagem é “reconstruída” mentalmente pelo espectador, ele agrega elementos à



obra, e mesmo quando uma ilustração se utiliza de textos o significado dessas palavras já não está mais encerrado dentro da configuração linguística. As palavras “autoridade” e “iniquidade moral”, inseridas no tronco de uma árvore que é abatida pelo machado de um homem, e que compõe parte de uma imagem de *A Plebe* (figura 2), não respondem mais apenas pela sua denotação formal; agregam todas as possibilidades de significação vinculadas à composição visual. Dois significados se cruzam nesse tipo de recurso visual, pois segundo Belting (2010, p. 294-295):

É imagem em sentido literal de linguagem e em sentido transposto, uma vez que é sabido que a escrita é uma imagem da linguagem: o que vemos nunca são palavras, mas sinais de escritura. [...] Vemos uma só palavra que, contudo, significa um número indefinido de palavras. [...] Se revela a coisificação do que se vê ou do que se fala: das imagens vistas e das palavras faladas emergiram objetos.

Há uma tendência em compreender essas imagens veiculadas em jornais operários como portadoras de um discurso pronto, que é transmitido pelo periódico também através das imagens, aos leitores e observadores; essa é, portanto, uma concepção equivocada. A relação que se estabelece entre o observador e a imagem é bem mais complexa, pois ainda que o discurso estivesse conformado em sólidas bases ideológicas, esse discurso só se legitima se partir dos dois polos de transmissão, sujeito-observador e produção imagética, caso contrário essa relação não grava êxito. Conforme pontua Belting (2010, p. 281), “as imagens só podem legitimar um olhar que busque confirmar-se nelas, o olhar, que nunca descansa e nunca se repete, também transforma as imagens”. Nesse sentido, levando em consideração os sujeitos históricos envolvidos com essas publicações, é impossível pressupormos que seus olhares estavam orientados à determinada compreensão visual do que era publicado.

À luz do potencial duplamente comunicativo dessa fonte está inserida a problemática dos usos que se faziam dessas imagens. Não podemos renunciar ao fato de que essa visualidade tencionava também fortalecer discursos e motivar práticas. Nesse sentido, nos foi possível identificar também um espaço de *partilha do sensível*⁸, ou seja, uma fragmentação de experiências sensíveis que ao mesmo tempo cumprem a função da unidade dentro de uma perspectiva identitária. Essa visualidade propicia o cruzamento entre o que é pessoal, íntimo,

⁸ A expressão *partilha do sensível* está inserida dentro da perspectiva filosófica de Jacques Rancière (2009) que a compreende enquanto uma relação onde fragmentação e unidade dialogam entre si num espaço de evidências de ordem sensível.



e que só o sujeito que experimenta pode descrever, e aquilo que é coletivo, que suscita reações (ainda que diferenciadas) num grupo que conserva interesses em comum.

Conforme sugere a figura 5 há, de fato, discursos (por parte dos diretores do periódico) que tentam se fazer legitimar também através da produção imagética que compõe o jornal. Um deles é proposto na referida imagem. Ela apresenta um homem burguês, notavelmente representado em tamanho maior que os demais personagens da cena, que se coloca numa posição de dominação, espremendo o corpo minguado de um trabalhador, já sem forças, sendo esta ação assegurada pelo poder repressivo do Estado que se coloca alinhado ao fundo da imagem.

Há, sem dúvidas, uma hierarquia de forças nessa representação imagética que sugere o poder do burguês em relação às próprias forças estatais. O trabalhador, nitidamente mais fraco, já que está sozinho, não consegue reagir à força burguesa salvaguardada pela polícia. É uma relação de tensão entre forças políticas que põe à prova a fraqueza do trabalhador não engajado, que é explorado e não consegue se colocar contra esse processo, pois não tem forças para enfrentar um poder tão bem organizado. A própria imagem sugere simbolicamente essa organização, ao representar a polícia perfeitamente perfilada. A ideia principal é que frente à exploração tão bem arquitetada pela burguesia e pelo Estado, nada mais poderia ser feito a não ser organizar-se coletivamente na luta contra esse poder instituído, pois só associando forças entre os que sofrem com as mesmas injustiças é que se poderia enfrentar tamanha violência.

Este tipo de imagem geralmente é acompanhada por uma legenda; no caso em questão, o texto que segue a figura 5 nos diz: “gênese das fortunas”. Tal inscrição inspira uma valoração econômica à exploração empreendida pelas forças burguesas associadas ao poder estatal. Nesse sentido, a violência se inscreve para além dos embates físicos nas greves e comícios e apela também à necessidade de unidade entre os que sofrem com as agruras dos “mundos do trabalho”, a identificação aqui é orientada no sentido de fomentar uma reação.

Temos de ter em mente, entretanto, que apesar da imagem suscitar essas e outras possibilidades de interpretação possíveis, o leitor nem sempre vai contemplar através do seu olhar particular essa combinação de símbolos de forma a captar todas essas significações ordenadamente, esse processo é instável e múltiplo em resultados. O que podemos pontuar é que estas imagens movimentam no leitor o seu universo particular do sensível, articulam uma partilha dessa agitação ao passo que cada sujeito que as observa é capaz de construir suas próprias associações. É uma partilha que se estabelece a partir do que



é diferente, ou seja, com base em impressões particulares que detêm a capacidade de unir, somar e dar força, na medida em que são propagadas. Essa partilha de ordem sensível não se completa no ato de dividir, mas na unidade posterior de significações que emergem do momento pós-partilha e esse processo se manifesta, sobretudo, nas unidades associativas que dispõem desse espaço de sociabilidade entre os sujeitos que experimentam também essas imagens.

Contudo, nosso objetivo principal não foi identificar os elementos imagéticos que fundamentaram um discurso ideológico. Não se trata de definir hierarquicamente a supremacia do discurso impresso utilizando a imagem como ferramenta ideológica, essa sem dúvida seria uma abordagem apressada da percepção que se estabelece sobre nosso objeto de estudo. Procuramos identificar de que formas é possível compreender a visualidade e a importância dela dentro do contexto de uma cultura associativa que lentamente produz elementos para a constituição de uma cultura verdadeiramente operária no Brasil, calcada num substrato de identidade classista. Não obstante, esse processo se configura apenas num período posterior de nossa história, porém podemos encontrar aqui a gênese de alguns de seus elementos.

Referências bibliográficas

- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). **Culturas de Classe: Identidade e Diversidade na Formação do Operariado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.
- BELTING, Hans. **Antropologia de la imagen**. Madri: Katz, 2010.
- BILHÃO, Isabel. **Identidade e trabalho: Uma História do Operariado Porto-Alegrense 1898-1920**. Londrina: Eduel, 2008.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci Carneiro; KOSSOY, Boris. (org.). **A imprensa confiscada pelo Deops, 1924-1954**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- DEBRAY, Régis. **Vida e muerte de la imagen**. Barcelona: Paidós, 1992.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Ante el tiempo*. **Historia del arte y anacronismo de las imágenes**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo, 2008.
- DULLES, John Foster W. **Anarquistas e comunistas no Brasil: 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- FERREIRA, Maria Nazareth. **Imprensa operária no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.
- FONSECA, Joaquim da. **Caricatura: a imagem gráfica do humor**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999.
- HARDMAN, Francisco Foot. **Nem pátria nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1984.



KHOURY, Iara Maria Aun. **Edgard Leuenroth, uma voz libertária**: imprensa, memória e militância anarco-sindicalista. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.

PEIXOTO, Maitê. **O quarto poder vermelho**: embates teóricos e político-ideológicos entre anarquistas e comunistas no contexto de formação dos Partidos Comunistas do Brasil. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio histórico e político**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

RANCIÈRE, Jaques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009.

SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens**. Ensaio sobre a cultura visual na Idade Média. Bauru: EDUSC, 2007.

Jornais

A PLEBE, São Paulo, 09.06.1917.

A PLEBE, São Paulo, 11.08.1917.

A PLEBE, São Paulo, 12.04.1919.

A PLEBE, São Paulo, 14.05.1921.

A PLEBE, São Paulo, 18.03.1922.

Recebido em Julho de 2013.
Aprovado em Agosto de 2013.